

**INDISCIPLINA ESCOLAR: ESTRATÉGIAS DE COMBATE PROPOSTAS  
PELA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL  
DESEMBARGADOR AMORIM LIMA**

Fernanda Cristina de Souza<sup>1</sup>  
ORIENTADORA: Edneia Regina Rossi Moraes<sup>2</sup>

**RESUMO:**

O objetivo do presente artigo é identificar as estratégias para o enfrentamento da indisciplina escolar propostas pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Desembargador Amorim Lima, localizada no distrito do Butantã na região oeste do município de São Paulo. Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica, de cunho exploratório e abordagem qualitativa com procedimento metodológico de análise de conteúdo, apoiados em Bardin (2016). Como fonte documental foram utilizados o Projeto Político Pedagógico, a Carta de Princípios de Convivência e o Regulamento Interno da escola e, como fonte bibliográfica o livro *“Escola da Ponte Vila das Aves – Portugal: Um espaço de múltiplas interações, cooperação e partilha”* escrito por José Pacheco e Andréa Villela Mafra da Silva. Para conceituar indisciplina escolar adotou-se a perspectiva sociológica abordada por Silva (2007). Os resultados demonstraram que a partir da construção do Projeto Político Pedagógico em consonância com os pais, alunos e a comunidade escolar, baseado no “Projeto Fazer a Ponte” de Portugal, a participação dos alunos nas decisões escolares, favorecem a sua autonomia e torna-os autores do próprio aprendizado. Identificou-se que nas orientações da escola são apresentadas práticas de acolhimento e respeito aos alunos “indisciplinados”, promovendo a conscientização destes por meio da reflexão, das atividades de ensino e da sua participação diárias. A promoção da consciência dos alunos se torna corresponsável pelo desenvolvimento educacional, pelos comportamentos praticados e pelo ambiente promovido.

Palavras-chave: Escola Municipal de Ensino Fundamental Desembargador Amorim Lima; Indisciplina Escolar; Proposta pedagógica.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

<sup>2</sup> Professora Doutora do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá.

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, ao longo da história, tem se discutido propostas para a reorganização da gestão escolar, práticas pedagógicas, avaliação, currículo e conteúdo visando melhorar o processo de ensino-aprendizagem (ROSSI, 2017). No entanto, desafios como a evasão escolar, ausência de professores, defasagem no rendimento escolar e aumento da indisciplina escolar, são agravantes que preocupam educadores e a comunidade escolar no contexto nacional.

As discussões educacionais no decorrer do século XXI, propõem novas possibilidades de relação entre educador e educando, renovando as expectativas em torno do desempenho do aluno e propondo atribuições inéditas ao professor. Articulado a esses debates, uma das questões que chama atenção é a indisciplina escolar, que “representa um dos mais antigos e persistentes desafios encontrados nas escolas”. (GARCIA, 2008, p. 368).

Silva (2007), destaca que um estudo realizado pela Unesco e pelo MEC demonstrou que de cada dez alunos, quatro declararam que comportamentos indisciplinados constituem um dos maiores problemas da escola. Outra pesquisa realizada pelo INEP em 2005, apontou que, de acordo, com os pais e responsáveis que foram entrevistados, a qualidade do ensino e aprendizagem proporcionados pela escola era impactada pela indisciplina dos alunos.

O conceito de indisciplina abordado apenas como problema de comportamento deve ser superado. Garcia (2008), ressalta que o aluno indisciplinado além de transgredir as regras escolares, deixa de desenvolver as próprias habilidades cognitivas, comportamentais e morais. A abordagem dessa problemática envolve um outro olhar sobre a relação ensino-aprendizagem.

A vista disso, a indisciplina escolar não se refere apenas a comportamentos indisciplinados dispersos ou eventuais, mas também desafios presentes no cotidiano escolar que impactam diretamente na relação do aluno com o professor e na dinâmica do processo de ensino e aprendizagem.

A partir dessa perspectiva, elegemos como tema central da pesquisa a questão da indisciplina escolar, sob uma visão sociológica. Analisamos uma escola pública que propõe uma proposta educacional não tradicional. Neste aspecto, a Escola Municipal de

Ensino Fundamental (EMEF) Desembargador Amorim Lima, foi escolhida como *locus* de pesquisa.

Esta escola, visando responder aos problemas educacionais por ela enfrentados, implementou, em 1996, uma nova perspectiva na gestão escolar, que envolveu a participação efetiva de toda a comunidade. A indisciplina escolar foi um fator imprescindível na decisão de implementação de estratégias pedagógicas que apresentassem alternativas para o enfrentamento desse desafio. O rompimento com as formas tradicionais de educação iniciou-se em 2004, com a implantação de um projeto adequado a realidade social da escola, porém, inspirado nas experiências de práticas pedagógicas desenvolvidas pela Escola da Ponte, de Portugal (AQUINO; SAYÃO, 2004).

As estratégias pedagógicas implementadas pela escola, a exemplo da Escola da Ponte de Portugal, propõem mudanças no paradigma tradicional, impactando em uma nova maneira de compreender a escola. Conforme aponta José Pacheco (2011), as possibilidades da educação libertária e inovadora, frente a realidade histórica e social de um mundo dinâmico e conectado, e as ações docentes podem corroborar para a formação integral do aluno e favorecer a autonomia na tomada de decisões.

Assim, discussões a respeito do enfrentamento de problemas educacionais, particularmente o da indisciplina escolar, são de extrema relevância para a formação acadêmica do pedagogo, contribuindo com as práticas docente e de gestão, concretizando ações pedagógicas que maximizam o processo de ensino aprendizagem, favorecendo, além do pedagogo, a comunidade escolar.

Desse modo, realizamos um levantamento bibliográfico a fim de averiguar a existência de trabalhos científicos que discutem a proposta pedagógica da escola EMEF Desembargador Amorim Lima. Para tal, pesquisamos os bancos de dados do Google Acadêmico e do SciELO, sendo localizadas quatro pesquisas que abordaram tal proposta, sendo elas: *Convivência Democrática e Relações de Paz e Conflito: Estudo na Escola Municipal de Ensino Fundamental Desembargador Amorim Lima* de Pierre (2015), *Gestão Escolar – Para Uma Práxis Transformadora: Uma Escola Pública Inovadora EMEF Desembargador Amorim Lima* de Maldonado (2015), *Escola e Emancipação: um papel para as ciências?* De Souza (2014) e *A Busca pela aprendizagem além dos limites escolares* de Sabba (2010).

No entanto, verificamos a inexistência de pesquisas acadêmicas que abordassem as estratégias desenvolvidas pela EMEF Desembargador Amorim Lima no enfrentamento

da indisciplina escolar. Esta lacuna corrobora com os dizeres de Silva (2007) no qual destaca que, apesar de um tema debatido nas mídias e na escola, a indisciplina “...é ainda pouco explorada, por pesquisas científicas, ainda que a questão seja abordada de forma indireta em vários trabalhos que tenham como foco outras dimensões da vida escolar.” (SILVA, 2007, p. 19).

A partir deste contexto, nossa problemática de pesquisa é desvendar quais as estratégias pedagógicas propostas no Projeto Político Pedagógico da EMEF Desembargador Amorim Lima, para o enfrentamento da indisciplina escolar?

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A conceitualização do termo indisciplina escolar é objeto de debate na filosofia, na psicologia e na sociologia. Para este trabalho abordaremos as análises sob a ótica do campo sociológico. Não pretendemos esgotar a discussão a respeito desse tema, mas apresentar estudos na área da sociologia que podem nos ajudar a compreender o conceito de indisciplina escolar. Silva (2007), chama atenção para o cuidado que devemos ter ao conceitualizar indisciplina escolar, pois, podemos equivocadamente, incorrer no julgamento de valores analisando apenas uma situação isolada que o comportamento indisciplinado do aluno pode resultar.

Para iniciarmos a discussão, iremos diferenciar os conceitos de indisciplina e de violência escolar, pois eles podem se confundir, e “essa confusão é bem menos provável nas circunstâncias em que o comportamento, ou o ato praticado, fere nitidamente as regulamentações sociais previstas no Código Penal” (SILVA, 2007, p. 30).

Tanto o conceito de indisciplina como o de violência escolar, demonstram um descumprimento das regras e normas acordados socialmente. Esses acordos variam conforme o contexto histórico e cultural da sociedade. A vista disso, é notável que mudanças políticas, históricas e culturais influenciam diretamente no entendimento dos conceitos, de acordo com a subjetividade coletiva e individual. (SILVA, 2007).

Durante o final do século XX e início do século XXI, as mudanças políticas e sociais motivaram as alterações na conceitualização do termo violência escolar, Silva (2007), afirma que a propagação dos direitos sociais e a participação democrática da população nas decisões políticas e sociais, contribuíram para a ampliação do termo violência escolar, incluindo comportamentos, antes aceitáveis socialmente, como atitudes violentas no âmbito escolar.

Silva (2007) exemplifica que o roubo, o estrago e o vandalismo contra o patrimônio escolar, eram considerados violência durante os anos 80. Em meados dos anos 90, passa a ser considerado violência escolar também os comportamentos praticados nas relações entre os alunos e entre os alunos e professores.

De uma violência aparentemente mais objetiva e qualificável, expressa nos atos de depredação e atentado ao patrimônio, passamos, portanto, a partir dos anos 90, a nos deparar com formas de violência que abrem grande espaço para interpretações subjetivas. A violência passa a ser identificada e interpretada como tal, seja por pesquisadores ou pelos próprios atores escolares, nos atos cotidianos de agressão ou em ameaças entre os alunos ou entre alunos e professores. (SILVA, 2007, p. 28).

A subjetividade do conceito de violência escolar, devido a abrangência de comportamentos, antes normatizados socialmente, para comportamentos violentos, podem confundir ou abarcar o conceito de indisciplina escolar.

Assim, iremos nos ater à interpretação do autor, a respeito do termo, que reconhece como violência escolar, práticas que utilizem o uso da força, da coerção, sendo de natureza destrutiva e que tenham uma vítima e um agressor. Atos violentos correspondem a “agressões físicas e verbais, os roubos, as várias formas de vandalismo, as múltiplas formas de preconceito, o porte de armas e as intimidações” (SILVA, 2007, p. 31).

Portanto, para diferenciar violência escolar de indisciplina escolar, é necessário compreender que uma das funções sociais da escola é ensinar as normas e regras que regem a sociedade, para que o aluno esteja apto a conviver em sociedade, por outro lado, para que o trabalho pedagógico ocorra, é necessário que esse aluno tenha um conhecimento prévio das diretrizes e regras sociais. Assim, “a disciplina escolar apresenta o duplo caráter de ser, ao mesmo tempo, meio e fim educativo” (SILVA, 2007, p. 18).

Atos indisciplinados na escola atrapalham o processo de ensino-aprendizagem, sendo responsável em grande parte, pelo fracasso, tanto da aprendizagem quanto da socialização dos alunos. Assim, Silva (2007), ressalta que comportamentos como atrasos para entrar na aula, conversas paralelas (fora do contexto escolar), barulhos, brincadeiras descontextualizadas, gritos e risadas exageradas, são considerados modelos de indisciplina escolar, já que essas atitudes violam as regras e normas exclusivamente pedagógicas.

Silva (2007) em sua pesquisa, observou a diferença entre os níveis de indisciplina escolar que são utilizados para demonstrar os graus de intensidade dos acontecimentos provocados por comportamentos indisciplinados, permitindo a organização e a compreensão das naturezas dos atos. Assim, o primeiro nível é compreendido por comportamentos que atrapalham o desenvolvimento das atividades pedagógicas, o segundo abarca os conflitos entre as relações dos alunos, como brigas, extorsões, xingamentos, intimidações e furto. Já no terceiro nível, os conflitos são entre a relação de aluno e professor, e também apresenta características de insultos, xingamentos, ofensas e vandalismo contra o patrimônio do professor, normalmente são comportamentos que afrontam a autoridade do professor.

Concordamos com Silva (2007), em utilizar como conceito de indisciplina escolar aqueles comportamentos que se desviam das regras de comunicação durante a aula, de silêncio, de mobilidade, de horários das aulas, das atividades desenvolvidas e do cuidado com o espaço escolar.

Isso certamente inclui alguns comportamentos que violam normas sociais mais gerais de fundo ético-social que servem para regular a convivência entre os sujeitos no ambiente escolar, mas que não chegam a atingir o foro da violência. Acreditamos que esse foro só é atingido quando se observa nos comportamentos uma capacidade, mesmo que não intencional, de causar danos materiais aos sujeitos ou de atingi-los em suas integridades física, psicológica ou moral (SILVA, 2007 p. 35).

A vista disso, analisamos as estratégias apresentadas pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Desembargador Amorim Lima para enfrentamento da indisciplina, apropriando-se do conceito de indisciplina escolar, que se restringe a observar somente as condutas que contrariam o desenvolvimento da prática pedagógica, atitudes que desrespeitam as regras para o bom andamento da aula.

É importante considerar que a maneira pela qual uma escola aborda a questão da indisciplina depende da concepção educacional por ela assumida. A perspectiva sociológica compreende os comportamentos de disciplina e indisciplina como construções sociais, que acontecem nas vivências das relações de âmbito escolar e familiar, assim, como em outros setores sociais. Dessa forma, a análise deste fenômeno envolve necessariamente a abordagem da comunidade na qual ela se insere, no caso desse estudo da EMEF Desembargador Amorim Lima.

### **3 METODOLOGIA**

A proposta da presente pesquisa é de análise documental e bibliográfica, de cunho exploratório e abordagem qualitativa. No primeiro momento realizamos um levantamento de artigos que abordaram a temática de propostas pedagógicas da EMEF Desembargador Amorim Lima, disponíveis nos bancos de dados do Google Acadêmico e do *Scientific Electronic Library Online*, SciELO.

O critério de seleção dos textos priorizou a relação direta com os objetivos da pesquisa que procurou compreender as propostas pedagógicas implementadas pelo Projeto Político Pedagógico da EMEF Desembargador Amorim Lima objetivando o enfrentamento da indisciplina escolar.

No segundo momento, analisamos o Projeto Político Pedagógico da EMEF Desembargador Amorim Lima, a Carta de Princípios de Convivência e o Regulamento Interno da escola, esses documentos foram disponibilizados pelo site da escola e utilizados como fonte de pesquisa documental. Para compreender a proposta pedagógica da referida escola buscamos entender a organização administrativa e pedagógica da Escola da Ponte, utilizando o livro *“Escola da Ponte Vila das Aves – Portugal: Um espaço de múltiplas interações, cooperação e partilha”* escrito por José Pacheco e Andréa Villela Mafra da Silva.

Para analisar os dados, utilizamos a metodologia de Análise de Conteúdo apoiada em Bardin (2016), que se organiza em três etapas distintas, sendo a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados.

Na etapa da pré-análise definimos as referências utilizadas por meio da organização dos materiais para a realização da leitura flutuante, que consistiu na primeira leitura dos materiais escolhidos, nos ajudando na separação dos documentos que analisamos, conforme os objetivos almejados.

Na segunda etapa que consistiu na exploração do material, utilizamos o software *ATLAS.ti* como recurso que viabilizou a classificação, a codificação e a categorização dos dados. Para a classificação, criamos quatro códigos que nos ajudou a categorizar os dados posteriormente, sendo eles: indisciplina, violência escolar, estratégias pedagógicas e enfrentamento da indisciplina.

Na terceira etapa, realizamos o tratamento dos resultados por meio da interpretação das mensagens que aferimos os códigos, organizando-as nas seguintes categorias ou temáticas: “o projeto inspirador da proposta pedagógica da EMEF Desembargador Amorim Lima: a Escola da Ponte de Portugal”; “a proposta Pedagógica

da Escola Municipal de Ensino Fundamental Desembargador Amorim Lima” e “práticas pedagógicas e ações administrativas que visam combater a indisciplina escolar”.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **4.1 O PROJETO INSPIRADOR DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DESEMBARGADOR AMORIM LIMA: A ESCOLA DA PONTE DE PORTUGAL**

Os princípios norteadores do trabalho desenvolvido pela EMEF Desembargador Amorim Lima e, que fundamentam, o seu Projeto Político Pedagógico (PPP), baseiam-se na experiência da Escola da Ponte, de Portugal e são fundamentados por José Pacheco, fundador de sua proposta pedagógica.

A Escola da Ponte foi construída em 1932, localizada em uma cidade chamada Vila das Aves, próxima da Cidade do Porto, em Portugal. É uma instituição da rede pública de ensino básico (6 anos aos 15 anos), que mantém as diretrizes da Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986, porém, a escolha de professores pode ser feita pela escola. O relacionamento com o Ministério da Educação e com a comunidade é estimulado por meio de visitas à escola, diálogo e formas facilitadoras de integração de todos. Em sua criação a metodologia pedagógica desenvolvida era tradicional e centrada no professor. Alguns desafios como a exclusão escolar e social, indisciplina escolar, isolamento dos professores e comunidade, foram a força motivadora para pensar um novo projeto pedagógico, tencionando enfrentar esses problemas (PACHECO e VILELLA, 2011).

Assim, em 1976, surgiu o “Projeto Fazer a Ponte”, que é baseado na metodologia pedagógica centrada no aluno. A proposta pedagógica difere da maioria dos modelos pedagógicos desenvolvidos em outras escolas públicas de Portugal, “[...] conceitos como regras, avaliação, punição, controle, autoritarismo inegavelmente fazem parte das práticas escolares presentes na maioria das escolas” (PACHECO; VILELLA, 2011, p. 33).

De acordo com Pacheco e Vilella (2011), a Escola da Ponte baseia sua metodologia em uma forma inovadora, não há salas de aula e turmas, a organização do ensino não é baseada em seriação. As avaliações não são provas de conhecimento, mas os professores e os alunos desenvolvem juntos um plano de ação, que engloba as necessidades para a realização do trabalho pedagógico, sendo responsabilidade do aluno a avaliação do trabalho que irá efetuar, fortalecendo a autonomia dos educandos.

Os professores não tem uma turma específica, os orientadores educativos, como são chamados, orientam os alunos em projetos, “[...] situações que rompem com o isolamento disciplinar, criando, assim, redes de conhecimento” (PACHECO; VILELLA, 2011, p. 56). Os orientadores educativos avaliam e monitoram o desempenho do aluno de acordo com objetivos de cada área de conhecimento e conforme o comportamento e relacionamento com os outros alunos, com os professores e com a comunidade. Essa avaliação das atitudes do aluno, tem o mesmo peso que a avaliação do conhecimento.

A prática pedagógica produzida no âmbito escolar, abrange a elaboração dos documentos que estabelecem como a escola será organizada e como o ensino será desenvolvido, percorrendo a cultura escolar, “estabelecendo o conjunto de relações sociais, culturais e cognoscentes que surgem no interior das instituições” (PACHECO; VILELLA, 2011, p. 27).

Assim, o Projeto Político Pedagógico da Escola da Ponte apresenta propostas pedagógicas que explicitam os princípios que direcionam a prática de ensino, baseados na autonomia, responsabilidade, solidariedade e democracia.

O projecto faz-se com pessoas dentro. E o círculo privilegia laços afectivos, congrega elementos de matriz sociológica e etnográfica que acessibilizam a compreensão dos contextos e impelem à intervenção na comunidade de grupos de pessoas conciliadas consigo e com os seus pares. A comunidade, por seu turno, dialéctica e prodigamente, lhes devolve contributos para a democratização das práticas (PACHECO, 2008, p. 47).

A vista disso, compreendemos que a construção do Projeto Político Pedagógico, elaborado pelos docentes, funcionários da escola e os familiares dos alunos, é baseado na realidade social e histórica da comunidade na qual a escola está inserida, sem deixar de olhar para os valores propostos pela escola. Pacheco e Vilella (2011), ressaltam que a organização e a administração da escola são baseadas em critérios científicos e pedagógicos.

A fim de avaliar a escola, acompanhar o processo de autonomia da escola e monitorar a autoavaliação da escola, o Ministério da Educação de Portugal e a Escola da Ponte, criaram uma estrutura, a Comissão de Acompanhamento e Promoção da Autonomia da Escola da Ponte, essa estrutura tem dois representantes do Ministério da Educação, dois da escola e um da Direção Regional de Educação do Norte. Essa comissão

contribuiu para aferir dados que demonstrem a qualidade do processo desenvolvido pela escola.

[...] um aferidor da qualidade deste projecto individual-colectivo é o de «efeito educativo», ou seja, «as mudanças de comportamento duráveis nos indivíduos e nos grupos, que são consequência da estabilização de comportamentos pontuais, da aquisição de conhecimentos na acção e da capitalização da experiência individual e colectiva (PACHECO, 2008, p. 48).

Assim, a organização metodológica proposta pela Escola da Ponte é centrada no aluno. Para Pacheco e Vilella (2011), esse princípio metodológico contribui para a construção da autonomia, que pode ser, equivocadamente, entendida como falta de disciplina e de limites. No entanto, autonomia é entendida pela Escola da Ponte, como a relação do aluno com seu contexto social, possibilitando a construção de indivíduo responsável e crítico para agir em uma sociedade democrática.

O espaço escolar possibilita a liberdade de pensar, aprender e agir, interagindo com a organização da aprendizagem, “[...] o aluno e o professor, serão agentes da aprendizagem, exercendo uma docência compartilhada. No exercício da autonomia, não existem papéis hierárquicos em sala de aula.” (PACHECO; VILELLA, 2011, p. 36).

Conforme apresentado na proposta pedagógica da Escola da Ponte (PACHECO; VILELLA, 2011), o professor é entendido como mediador do conhecimento, que está em um processo de constante troca com alunos, reaprendendo, ensinando e aprendendo. Por isso, exerce a função de orientador educativo, pois, guia os alunos com seus projetos, auxiliando na construção, tanto do projeto quanto da aprendizagem.

O ensino da escola é organizado por três ciclos, iniciação, consolidação e aprofundamento. Os alunos são passados para o ciclo seguinte de acordo com os critérios de aprendizagem estabelecidos em cada ciclo.

O ciclo de iniciação é composto pelos alunos que entram na escola pela primeira vez. Tornam-se aptos para irem para o segundo ciclo quando aprendem leitura, escrita e aritmética, além de ações que expressem sua autonomia e comportamentos que possibilitem sua participação na gestão responsável da comunidade escolar (PACHECO; VILELLA, 2011).

Com base no currículo comum de Portugal, as crianças e os professores organizam o plano diário e quinzenal de estudo, no qual cada aluno possui o seu, de acordo com a individualidade de cada criança. Pacheco e Vilella (2011), explicam que esses planos de

estudos são similares no primeiro e no segundo ciclos, no entanto, no ciclo de consolidação são incluídos outros planos diários que abrangem áreas do conhecimento além de Matemática e Língua Portuguesa.

No ciclo de aprofundamento, os alunos tem total autonomia para gerenciar seu tempo de estudo, trabalham em seus projetos, além de ser incluído no currículo a formação pré-profissional. As aulas nesse ciclo, são realizadas em outra unidade, 15 km de distância da Escola da Ponte. (PACHECO; VILELLA, 2011, p. 48-49).

O currículo da Escola da Ponte é comum as outras escolas de Portugal, porém, além de buscar promover a educação cultural, tecnológica e para a cidadania, a escola, busca promover a autonomia e o autoconhecimento, capacitando o indivíduo para participar ativamente de uma sociedade democrática.

O currículo na Escola da Ponte não é entendido como um conjunto de conteúdos e de métodos a serem aprendidos pelos alunos. É compreendido como uma introdução a um modo de vida que venha a contribuir para a formação de sujeitos autônomos, críticos e comprometidos com a democracia e com a justiça social. (PACHECO; VILELLA, 2011, p. 57).

Apesar dessa organização curricular, a Escola da Ponte enfrenta problemas de indisciplina, principalmente com os alunos mais novos na escola. Nesse caso, Pacheco e Vilella (2011) elucidam que existe um grupo composto por alunos, chamado de Comissão de Ajuda que irá intervir em casos de indisciplina, se eles não conseguirem resolver, o acontecimento será levado para discussão em assembleia, compostas pelos alunos e professores, inclusive o aluno que cometeu o ato de indisciplina. Esse aluno, é convidado a refletir em suas ações por 3 dias, após esse período, ele volta na assembleia e expõe seus pensamentos a respeito do seu comportamento.

Como sabemos, os fundamentos principais da Escola da Ponte serviram de embasamento teórico e metodológico para a organização da EMEF Desembargador Amorim Lima, assim, foi imprescindível a compreensão da estrutura organizacional da Escola da Ponte para analisarmos as propostas pedagógicas e administrativas apresentadas nos documentos que normatizam a EMEF Desembargador Amorim Lima.

## **4.2 A PROPOSTA PEDAGÓGICA DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DESEMBARGADOR AMORIM LIMA**

Escolhemos como *locus* da nossa pesquisa a Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Desembargador Amorim Lima, localizada na região oeste do município de São Paulo, no distrito do Butantã. Essa escola foi criada em novembro de 1956, nomeada como Escola Isolada da Vila Indiana. Nos anos seguintes, foi renomeada três vezes, de acordo com os decretos que foram publicados estabelecendo diretrizes educacionais para as instituições escolares. Em 1960, foi nomeada a Escolas Reunidas da Vila Indiana, em 1968, foi renomeada de Escola Agrupada de Vila Indiana, no ano seguinte foi chamada de Escola de Primeiro Grau Desembargador Amorim Lima. No entanto, em 1999 devido a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394 de 1996, foi que a escola passou a ser chamada como Escola Municipal de Ensino Fundamental Desembargador Amorim Lima, assim como é denominada atualmente. (AQUINO; SAYÃO, 2004).

A perspectiva de uma possível mudança nas práticas educacionais exercidas pela escola, iniciou a partir de 1996 com a chegada de uma nova diretora, Ana Elisa Siqueira. Após debates e reflexões entre a equipe pedagógica, pais e professores, foi constatado um alto índice de evasão escolar, de indisciplina escolar, além de muitas aulas vagas, por falta de professores. (AQUINO; SAYÃO, 2004).

A primeira estratégia realizada na escola, foi abrir as portas da escola para a comunidade nos dias letivos e nos finais de semana, aproximando assim, familiares, alunos, comunidade e corpo docente da escola. O apoio e a participação da comunidade resultaram em comprometimento com a escola, por parte dos alunos, familiares e comunidade local. Monitorias, oficinas e atividades extracurriculares foram criadas incluindo toda a comunidade, além da participação em trabalhos voluntários em festas e festivais da escola, constituindo um forte Conselho Escolar. (ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DESEMBARGADOR AMORIM LIMA, 2005).

Assim, em 2003, com o Conselho de Escola fortalecido e buscando estratégias para melhorar as condições de ensino e aprendizagem, foi apresentado para a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo uma proposta de assessoria para a implantação do projeto “Fazer a Ponte” criado pela Escola da Ponte de Portugal, idealizado pelo coordenador José Pacheco. O novo modelo de ensino e aprendizagem foi implementado em janeiro de 2004, após aprovação da proposta. (AQUINO; SAYÃO, 2004).

A EMEF Desembargador Amorim Lima, atende o Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, respeitando as diretrizes curriculares determinadas pelo Ministério da Educação. Porém, a organização do ensino difere da forma tradicional, o ensino não é realizado nas

salas de aula divididas por séries, ao contrário, os alunos são organizados em salões nos quais desenvolvem roteiros temáticos de pesquisa em que os professores orientam e acompanham a aprendizagem coletiva e individual. (ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DESEMBARGADOR AMORIM LIMA, 2005).

Segundo o Projeto Político Pedagógico (2005), no salão chamado ciclo II, ficam reunidos os alunos do 6º e 9º ano, nessa fase, cada aluno tem roteiro com o tema de pesquisa, porém são organizados em grupos, no qual, o objetivo é que os estudantes possam colaborar e criar formas para resolver problemas entre si.

Cada professor é incumbido de orientar cerca de 20 alunos, tendo um encontro de cinco horas com os alunos para orientação. Esse educador tutor é responsável, pela avaliação do processo de aprendizagem dos estudantes que estão sob sua tutoria. Nessa proposta de ensino, o professor exerce um papel de auxiliar na construção do conhecimento do aluno, orientando e pesquisando, comprometendo-se “no esforço de propiciar, aos educandos de forma geral, e aos professores especificamente, uma formação continuada de qualidade, voltada à sua prática diária e às suas questões mais prementes.” (ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DESEMBARGADOR AMORIM LIMA, 2005, p. 4).

De acordo com o PPP (2005) da escola, as aulas de matemática, inglês e oficina de texto são expositivas, porém as outras matérias são organizadas por projetos organizados nos roteiros de cada aluno. Enquanto os alunos estão desenvolvendo seus projetos, sentados em grupos de cinco ou seis, os professores estão circulando pelo salão para ajuda-los em suas dúvidas. No fim do roteiro de estudo, o aluno desenvolve um portfólio contendo as anotações de tudo que aprendeu, dessa forma, o professor observará a qualidade do portfólio e a participação do aluno nas decisões da escola, para avaliar se o aluno seguirá para etapa seguinte.

Como processo avaliativo, a participação do estudante na escola, acontece por meio da participação em assembleias e nas decisões que os grupos de alunos discutem. Dessa forma, cada tutoria deve constituir um grupo de responsabilidades enviando um representante para reuniões com os integrantes responsáveis pela assembleia dos alunos. Essas assembleias são organizadas e direcionadas pelos alunos, os professores participam apenas como observadores. Podem acontecer tumultos nas discussões de assuntos, porém, os estudantes retomam o controle e organizam a fala de cada aluno. (ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DESEMBARGADOR AMORIM LIMA, 2005).

Segundo a documentação analisada, por meio dessas Assembleias, os alunos criaram a Carta de Princípios de Convivência (2005), objetivando estabelecer critérios para uma boa convivência entre os alunos, professores, pais e funcionários da escola.

Os princípios abordados na carta abrangem o respeito nas relações sociais; a responsabilidade de todos em manter a escola, limpa e organizada; o compromisso com as assembleias e reuniões de alunos, com as regras de convivência e com o processo de aprendizagem individual e coletivo, por fim, a importância da conscientização da manutenção diária, do cuidado e da conservação dos materiais escolares, dos espaços de estudos e de convivência, assim como a organização de toda a escola.

Segundo a documentação analisada, para que ocorra a articulação entre O Conselho da Escola, O Conselho Pedagógico, O Conselho de Gestão Financeira, Assembleia de Alunos e Os Grupos de Trabalho de Gestão Compartilhada, foi criado o Regulamento Interno da Escola, que evidencia cada instância favorecendo sua organização para tomadas de decisões que possam contribuir com a organização da escola, seguindo as normatizações federais e municipais. (ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DESEMBARGADOR AMORIM LIMA, 2005).

Referente ao espaço físico da escola, na área externa estão a quadra poliesportiva, a pista de skate, o parquinho, a tenda, o deck, a horta, a churrasqueira e o forno à lenha. Na área interna do térreo estão as salas da secretária, da diretoria, dos professores, da coordenação pedagógica, da roda de conversa, da biblioteca, do laboratório de ideias, de recursos multifuncionais, de capoeira, de artes e do primeiro ano, além da cozinha, do refeitório, dos sanitários e do pátio. O primeiro e segundo andar são compostos por três salões, sendo eles de alfabetização, do ciclo I e do ciclo II, nesses andares, também estão localizadas duas salas de multiuso e o laboratório de ciências. A organização física do espaço escolar permite o desenvolvimento de atividades extracurriculares que são ofertadas gratuitamente pela escola, como oficinas de capoeira, judô, violino, coral, maracatu baque-livre e cursinho preparatório para entrada no ensino médio. (ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DESEMBARGADOR AMORIM LIMA, 2005).

Os espaços e os materiais coletivos usados na escola são cuidados especificamente pelo Grupo de Responsabilidade (GR), que é composto por estudantes de todos os ciclos de aprendizagem. Esse grupo também discute as estratégias e desafios na Roda de Conversa, que é realizada todos os dias entre estudantes e educadores para exporem, avaliarem e decidirem a respeito de situações, comportamentos ou ações que implicam

na gestão administrativa ou pedagógica da escola. (ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DESEMBARGADOR AMORIM LIMA, 2005).

A vista disso, podemos observar que apesar de ser uma escola diferenciada e fora dos padrões de ensino tradicionais, a EMEF Desembargador Amorim Lima, segue todas as diretrizes e bases legais. Tem seu Projeto Político Pedagógico (PPP) construído e embasado na gestão democrática, no entanto, seu diferencial é a adequação ao universo dos professores e alunos, tornando o ensino mais coerente. As estratégias pedagógicas do Projeto estão integralmente alinhadas com aquelas que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (1997) almejam dos alunos do ensino fundamental.

#### **4.3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E AÇÕES ADMINISTRATIVAS QUE VISAM COMBATER A INDISCIPLINA ESCOLAR**

As estratégias de enfrentamento da indisciplina escolar implementadas pela EMEF Desembargador Amorim Lima, são apresentadas por meio das práticas pedagógicas e das ações administrativas expressadas nos documentos que regulamentam a organização escolar, sendo eles o Projeto Político Pedagógico (PPP), o Regulamento Interno e a Carta de Princípios de Convivência.

Conforme exposto no item anterior, com o fortalecimento do Conselho da Escola, foi possível a construção dos documentos normativos da escola, por meio da participação dos pais e familiares dos alunos, dos professores, dos funcionários da escola e dos estudantes. Os valores que fundamentam o PPP da escola visam a apropriação cultural de todos os envolvidos no processo de organização escolar, assim como a elevação da “autonomia moral e intelectual, num ambiente de respeito e solidariedade” (ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DESEMBARGADOR AMORIM LIMA, 2005, p. 2).

A organização do trabalho na EMEF Desembargador Amorim Lima objetiva um processo de ensino coletivo, no qual, tanto aluno como professor estão envolvidos igualmente no desenvolvimento da aprendizagem.

Diferentemente daquela escola em que cabe ao professor ensinar, e ao aluno aprender, esse Projeto visa um compromisso coletivo em que todos os seus agentes se engajem sempre mais num processo de aprimoramento cultural e pessoal de todos, de forma integral, e na construção de uma intencionalidade educativa clara, compartilhada e assumida por todos. (ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO

FUNDAMENTAL DESEMBARGADOR AMORIM LIMA, 2005, p. 2-3)

Neste sentido, compreendemos que a construção da metodologia pedagógica aplicada pela escola, está baseada nos princípios de responsabilidade e autonomia individual e coletiva. O professor assume a função de mediar o conhecimento, visto que ele será responsável por orientar os alunos em suas pesquisas e projetos. Cabe-lhe a reflexão contínua de suas práticas no exercício de um trabalho dinâmico, solidário e compartilhado.

No entanto, no PPP da EMEF Desembargador Amorim Lima (2005, p. 5), expõe-se claramente que a gestão escolar preserva e reforça o ofício do professor garantindo uma formação continuada “[...] no sentido de poder acompanhar e incentivar a transversalidade curricular pretendida, sem contudo abrir mão de seu conhecimento mais aprofundado em uma área específica”.

A prática docente é evidenciada nos documentos da EMEF Desembargador Amorim Lima objetivando desenvolver métodos pedagógicos que favoreçam a autonomia e responsabilidade de todos, mas, principalmente na formação dos alunos.

1) do ponto de vista da autonomia intelectual, outorgando sempre mais ao aluno o domínio sobre os processos e meios de aprendizagem, auxiliando-o a encontrar e desenvolver os meios que lhe possibilitem construir e viver um percurso intelectual próprio; 2) do ponto de vista da autonomia moral, devem ser sempre aprimorados os mecanismos que favoreçam e estimulem, por parte dos alunos, a assunção de mais responsabilidades no sentido do melhor funcionamento da escola e da mais eficaz implantação deste Projeto, visto que a mesma só se dá frente a um coletivo no qual se inscreve e na medida em que também se assuma e respeite as diretrizes e os projetos traçados por este mesmo coletivo (ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DESEMBARGADOR AMORIM LIMA, 2005, p. 3-4).

Portanto, a orientação e o acompanhamento que os professores realizam nos grupos de estudo<sup>3</sup> para auxiliarem os alunos em seus roteiros e pesquisas<sup>4</sup>, alinhado com o engajamento participativo dos estudantes nas decisões da escola por meio da assembleia

---

3 Conjunto de 4 a 6 estudantes de um mesmo ano ou ciclo que trabalham juntos todos os dias no salão.

4 Roteiro: conjunto de atividades e exercícios sobre um mesmo tema, que funciona como guia para as pesquisas que devem ser realizadas autonomamente pelos estudantes, com apoio dos professores. Pesquisa: momento em que o estudante se dedica a realizar roteiros, portfólios e fichas de finalização.

e diariamente por meio da roda de conversa<sup>5</sup>, possibilitam a construção da autonomia intelectual e moral.

Nesse sentido, os valores que fundamentam o Projeto Político Pedagógico (2005) são claramente discutidos no escopo que define as práticas pedagógicas e administrativas, definindo ações que promovam o aprendizado dos conteúdos definidos pelo currículo, assim como a internalização dos princípios de autonomia e responsabilidade implementados pelo Conselho da Escola, por meio de documentos deliberativos.

Os valores de autonomia, responsabilidade e participação democrática fazem parte da função social da escola em ensinar as regras e normas do mundo social (SILVA, 2007). Logo, a realização periódica das Assembleias de Alunos constituiu uma ação fundamental para o desenvolvimento contínuo da disciplina, e constitui-se como uma das estratégias imprescindíveis para o enfretamento da indisciplina, pois, reflexões dos estudantes a respeito das sugestões e demandas de caráter organizacional e pedagógico fortalece a responsabilidade com a escola. Assim,

São atribuições da Assembleia de Alunos: 4.1) **Ler e discutir o Projeto Pedagógico e a proposta de Regulamento da escola**, colhendo sugestões de acréscimos ou emendas e os encaminhando à reunião do Conselho de Escola. 4.2) **Estabelecer, através de votação direta pela totalidade dos alunos e em sintonia com o Projeto Pedagógico**, a lista de Direitos e Deveres dos alunos, a fim de que seja examinada e acatada pelo Conselho de Escola. 4.3) **Criar, escolher os membros e verificar o adequado funcionamento dos Grupos de Responsabilidade** que julgar pertinentes. 4.4) **Acolher críticas e sugestões de modificação dos dispositivos e do funcionamento geral da escola**, encaminhando-as ao Conselho de Escola. 4.5) **Outras que julgar adequadas**. (ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DESEMBARGADOR AMORIM LIMA, 2005, p. 4-5, grifo nosso).

A fim de dar voz a todos os alunos, possibilitando maior participação nas decisões, além de poderem apresentar sugestões ou dificuldades encontradas na escola, foi criado O Grupo de Responsabilidade, que é constituído por um representante de cada grupo de tutoria. Nas primeiras participações do Grupo de Responsabilidade nas assembleias em 2006, houveram reclamações a respeito dos relacionamentos na escola, sendo citados problemas como “falta de respeito e de compromisso de alunos, educadores e funcionários”. A vista disso, o Grupo sugeriu que fosse criado uma Carta de Princípios

---

5 Momento de reunião diária entre estudantes e educadores para conversas, avaliações, colocações, decisões, compartilhamentos, aprofundamentos temáticos, mediação de conflitos, etc.

de Convivência, que foi discutida, revisada e escrita pelos alunos da escola. (ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DESEMBARGADOR AMORIM LIMA, 2005).

Os tópicos apresentados na Carta de Princípios de Convivência, normatizam comportamentos adequados para uma boa convivência nos espaços da escola, posicionando-se estrategicamente como uma proposta de enfrentamento da indisciplina escolar, pois a Carta explicita atitudes de respeito mútuo, de um ambiente tranquilo, limpo e organizado, da importância da conservação dos livros e materiais e do funcionamento organizado da escola.

[...] todos devem **saber ouvir e saber falar**; Todos devem **levantar a mão para pedir a palavra**; **Ninguém deve sofrer ameaças**; Ninguém deve receber **apelidos desrespeitosos**; Ninguém deve ser **xingado ou ofendido** [...] Todos devem cuidar das plantas e do jardim; Todos devem se esforçar **para manter os banheiros limpos**; Todos devem **jogar o lixo nos cestos**; Ninguém deve correr nos corredores; Ninguém deve pular os muros da escola; Todos **devem ter calma, para que não haja brigas**; Não devemos pichar ou rabiscar as paredes e muros; Na escola **não devemos falar palavrões**. Ninguém deve cabular as aulas; **Os horários devem ser respeitados por todos**; [...] Não devemos **rabiscar as carteiras**; Devemos cuidar dos livros e dos outros materiais de uso coletivo; não rabiscando ou rasgando; **Devemos ser solidários** e emprestar nossos materiais, que devem ser bem cuidados e devolvidos após o uso; [...] Os horários das atividades devem ser definidos e respeitados; Todos os roteiros e trabalhos dos alunos devem ser corrigidos; O número de educadores deve ser suficiente (ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DESEMBARGADOR AMORIM LIMA, 2006, p. 1-3, grifo nosso).

A vista disso, percebemos que a Carta de Princípios de Convivência formaliza as normas de convivência entre alunos, professores e funcionários da escola, sendo decidido em assembleia ou nas rodas de conversas os comportamentos que descumpram os princípios para uma boa convivência.

Como abordado anteriormente, as rodas de conversa possibilitam a fala e a escuta, nas quais os estudantes podem expressar seus sentimentos, pensamentos e percepções que estão tendo em relação a convivência com outros alunos e professores. Constituem uma forma legítima de resolução de problemas e de conflitos sendo um recurso fundamental para diálogos que promovam o enfrentamento da indisciplina, favorecendo a construção da liberdade e a autonomia dos alunos.

Percebemos que o processo de ensino e de socialização dos alunos, ficam facilitados quando há ações diárias que enfrentem os atos indisciplinados. Para Silva (2007), as conversas paralelas, os atrasos na aula, barulhos, gritos, xingamentos,

atrapalham o desenvolvimento das práticas pedagógicas, sendo responsável pelo fracasso escolar e social dos alunos.

No PPP da escola é evidenciado que os alunos devam conhecer a pluralidade social e a cultural do Brasil e de outros povos, para que, além de respeitarem, possam agir contra discriminação de gênero, etnia, crença, classe social e/ou diferenças individuais ou coletivas.

[...] é pretensão do Projeto oferecer, além de uma adequada formação intelectual e cognitiva, um aprimoramento artístico, físico, estético, enfim voltado às mais diversas formas de manifestação expressiva do ser humano, num clima de valorização do amadurecimento das relações interpessoais sem a banalização dos afetos. O trabalho dos arte-educadores assume, pois, lugar de grande importância, devendo as diversas forças que compõem o coletivo esforçar-se por viabilizar, segundo critérios do Conselho Pedagógico, a sua sustentada e permanente presença na escola \_ seja empenhando-se em incluí-los no escopo do quadro funcional estável, seja buscando os recursos que possibilitem a manutenção de um contrato autônomo (ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DESEMBARGADOR AMORIM LIMA, 2005, p. 8).

Nos documentos da escola é evidenciado uma organização que contemple o ensino articulado com o desenvolvimento das capacidades morais de atuação na sociedade. As crianças são ensinadas desde o primeiro ano a se posicionarem de maneira crítica e responsável frente aos desafios, não deixando de agir com solidariedade, cooperando nas decisões coletivas e contribuindo para a melhoria do ambiente que estão inseridas. Nesse sentido, a EMEF Desembargador Amorim Lima, prioriza adotar uma postura de incentivo da participação coletiva nas decisões, favorecendo comportamentos de cooperação e solidariedade, ao contrário da cultura escolar predominante nas escolas tradicionais que, geralmente punem seus alunos por atitudes de indisciplina (GARCIA, 2008).

As ações participativas promovidas pela escola no intuito de formar alunos mais autônomos e responsáveis, colaborou para o fortalecimento de sentimentos de confiança pessoal e pertencimento social, favorecendo a cidadania. Ficou evidenciado pela coleta de dados dos documentos que as atividades diárias como grupo de pesquisa, grupo de estudo, grupo de responsabilidade, assembleia e roda de conversa promovem um senso de justiça e pertencimento nos alunos que atuam como estratégias eficazes para o enfretamento da indisciplina.

Os comportamentos indisciplinados ainda irão acontecer, praticados até mesmo por alunos que frequentam a escola por um maior período de tempo, mas isso não quer dizer que as propostas pensadas pela escola não funcionem. As práticas pedagógicas e administrativas expostas nos documentos analisados da escola, estão em construção diariamente pelos alunos, professores, funcionários, familiares e comunidade, sendo construídas por meio das relações sociais praticadas na execução dos trabalhos e atividades propostas pela escola.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo examinou o Projeto Político Pedagógico, a Carta de Princípios de Convivência e o Regulamento Interno da EMEF Desembargador Amorim Lima com o objetivo de identificar quais as suas estratégias pedagógicas para o enfrentamento da indisciplina escolar.

A indisciplina escolar não deve ser compreendida como um evento ocasional. Ela representa um dos maiores desafios para o processo de ensino-aprendizagem no contexto do tempo presente. Para que o processo de aprendizagem aconteça é necessário que acordos e regras sejam discutidos e estabelecidos no espaço escolar. No entanto, a disciplina e a autoridade não possuem relação com a opressão e autoritarismo, pelo contrário, são elementos fundamentais na construção da autonomia e liberdade do estudante. O autoritarismo está diretamente relacionado com a prática pedagógica tradicional, na qual, não são estimadas participações e ações democráticas.

A fim de promover a autonomia e liberdade para que os alunos possam aprender respeitando a individualidade de cada um, a EMEF Desembargador Amorim Lima busca romper com o autoritarismo possibilitando o desenvolvimento da empatia, do protagonismo social, responsabilidade e coletividade. As práticas pedagógicas desenvolvidas estão articuladas com a cultura escolar. Os princípios norteadores da escola estão explicitados nos documentos da escola, como também estão presentes nas ações realizadas diariamente pela equipe pedagógica, docentes, funcionários da escola e alunos.

A EMEF Desembargador Amorim Lima possuiu um olhar atento e uma prática recorrente para com os comportamentos de indisciplina, promovendo ao aluno indisciplinado a oportunidade para uma reflexão a respeito do tema e sobre suas ações. Isso ocorre por meio da possibilidade de expressar seus sentimentos e pensamentos na roda de conversa, na qual terá o momento para ouvir e refletir sobre os atos

indisciplinados. Identifica-se, nas orientações que os documentos da escola apresentam, atitudes de acolhimento e respeito aos alunos “indisciplinados”, promovendo a conscientização destes por meio da reflexão e das práticas de ensino e participação diárias.

Por meio da promoção dessa consciência os alunos se tornam corresponsáveis pelo desenvolvimento educacional, pelos comportamentos e pelo ambiente, uma vez que o aluno infrator é acolhido pelos demais, podendo perceber-se pertencente, ocasionando uma mudança significativa no comportamento indisciplinado e refletindo em suas práticas pedagógicas. Este aluno torna-se mais participativo, acolhedor, responsável pelo seu aprendizado e pelo dos outros.

Observa-se que a proposta pedagógica leva o conjunto da comunidade escolar, composta pelo diretor, pedagogos, professores, funcionários e alunos, agirem de forma mais assertiva nas necessidades individuais de cada aluno, proporcionando o desenvolvimento autônomo, progressivo, ativo e social deste novo cidadão, na qual a escola se compromete a desenvolvê-lo por meio de uma organização inovadora e que visa um aprendizado efetivo.

## 6 REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 432-443, jul/dez 2002.

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DESEMBARGADOR AMORIM LIMA. **Carta de Princípios de Convivência**. Disponível em: <<https://amorimlima.org.br/institucional/principios-de-convivencia/>>. Acesso em: 8 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Guia Prático**. Disponível em: <<https://amorimlima.org.br/2020/01/guia-pratico-2020/>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

\_\_\_\_\_. **Projeto Político Pedagógico**. Disponível em: <<https://amorimlima.org.br/institucional/projeto-politico-pedagogico/>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Regulamento Interno**. Disponível em: <<https://amorimlima.org.br/institucional/regulamento-interno/>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

GARCIA, Joe. Indisciplina, incivilidade e cidadania na escola. **Educação Temática Digital**, Campinas, v.8, 1, p. 121-130, dez. 2006

\_\_\_\_\_, Joe. **Indisciplina na escola: questões sobre mudança de paradigma. Contrapontos**. Itajaí, v. 8, n. 3, p. 367-380, set./dez. 2008.

MALDONADO, Lucilene. **Gestão escolar – Para uma práxis transformadora: Uma escola pública inovadora EMEF Desembargador Amorim Lima**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Educação) – Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v.22, n. 37, p. 7-32, 1999.

OLIVEIRA, Vinícius. **Porvir: Inovações em educação**. 2018. Disponível em: <<https://porvir.org/escola-publica-brasileira-fica-em-2o-lugar-em-desafio-internacional/>>. Acesso em: 24 out. de 2020.

PACHECO, José. **Escola da Ponte: formação e Transformação da Escola**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_, José; SILVA, Andréa Villela Mafra da. **Escola da Ponte Vila das Aves: Portugal Um espaço de múltiplas interações, cooperação e partilha**. Rio de Janeiro: Editora Rovellet, 2011.

PIERRE, Claudia Maria Moura. **Convivência democrática e relações de paz e conflito: estudo na Escola Municipal De Ensino Fundamental Desembargador Amorim Lima**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2016.

ROSSI, Ednéia Regina. A educação escolar primária na Primeira República (1889-1929). **Série-Estudos**, Campo Grande, v. 22, n. 45, p. 159-171, maio/ago 2017.

SABBA, Claudia Georgia. **A busca pela aprendizagem além dos limites escolares**. 2010. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

SILVA, Luciano Campos. **Disciplina e indisciplina na aula: uma perspectiva sociológica**. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.